

AUTARQUIAS
2017

PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS PARA O MUNICÍPIO DE OEIRAS

MARCAR A DIFERENÇA!



INDÍCE

I - CDU – a diferença comprovada	3
1. Promover uma política de proximidade com as pessoas	5
✓ Gestão autárquica participada	5
✓ Respeito pelas freguesias	6
✓ Gestão pública de serviços essenciais	7
✓ Boa gestão dos dinheiros públicos	8
2. Melhorar os núcleos habitacionais e a mobilidade	11
✓ Habitação	11
✓ Espaço urbano residencial	12
✓ Transportes públicos	12
✓ Mobilidade suave	13
✓ Trânsito automóvel	14
3. Garantir sustentabilidade ambiental	16
✓ Resíduos	16
✓ Água	17
✓ Energia	17
✓ Espaços naturais e naturalizados e uso dos solos	18
4. Assegurar serviços públicos fulcrais, dinâmica económica e direitos dos trabalhadores	20
✓ Saúde	20
✓ Educação	20
✓ Economia e criação de emprego	22
✓ Direitos dos trabalhadores	23
5. Defender políticas culturais e sociais inclusivas	24
✓ Cultura, desporto e associativismo	24
✓ Crianças e Jovens	25
✓ Idosos	26
✓ Coesão social	27
6. Realizar uma política de prevenção	28
✓ Planos de emergência	28
✓ Educação ambiental	28
✓ Combate à violência	28
✓ Bem-estar animal	28
II- Marcar a diferença - Votar CDU	29

I . CDU – A DIFERENÇA COMPROVADA

Para as eleições autárquicas, que decorrerão no dia 1 de outubro de 2017, a CDU apresenta-se no concelho de Oeiras com o seu projeto alternativo e o caráter distintivo da sua ação autárquica.

Cada uma das pessoas que apoia e dá o seu voto à CDU não o faz às escuras, porque são conhecidas as garantias de uma força que respeita a palavra dada, que presta contas, que não abandona a luta pelas aspirações das populações e pelos direitos dos cidadãos. Uma força política que tem, no percurso de trabalho e de intervenção ao longo dos mandatos, um fator inigualável de credibilidade e de seriedade.

Nesta nova fase da vida política nacional, ganha ainda maior importância a afirmação da CDU, pelo seu poder de reivindicar, de realizar, pelo caráter diferenciador das suas propostas, que já permitiram comprovar que uma política alternativa só não se constrói quando não há vontade política para a construir e quando se põem outros interesses à frente das necessidades dos cidadãos e da sustentabilidade do desenvolvimento.

Na CDU todos os democratas têm lugar, porque este projeto é o de um amplo espaço de convergência democrática aberto à participação de milhares de independentes, por todo o país, alicerçando um sólido elemento de confiança de todos quantos nele intervêm. Em Oeiras as listas da CDU para os diversos órgãos autárquicos contam, para além de militantes do PCP e de militantes do PEV, com 36% de independentes que decidiram dar, na CDU, o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida dos oeirenses.

A participação de novos ativistas e simpatizantes na CDU em Oeiras, reforçando o projeto e a sua capacidade de intervenção, levaram também a uma renovação significativa dos candidatos apresentados nas listas da CDU, em relação a anteriores eleições, na ordem dos 50%.

Também muitos cidadãos que, noutros atos eleitorais, votaram noutras forças políticas, se têm dirigido a candidatos da CDU de Oeiras afirmando que darão, nestas autárquicas, o seu voto à Coligação PCP-PEV, reconhecendo que esta força política se bate em defesa do progresso e do desenvolvimento local, com uma elevação e uma seriedade determinantes para a dignificação do concelho. **A CDU vê crescer a sua confiança no município de Oeiras e assume dignificar essa responsabilidade que os cidadãos lhe atribuem.**

Os candidatos da CDU são mulheres e homens de trabalho, que norteiam o exercício de cargos públicos pelo serviço a prestar à comunidade, pela melhoria das condições de vida das populações e pelo princípio de recusa de benefícios pessoais.

A CDU apresenta-se de cabeça erguida aos munícipes de Oeiras, com a lealdade e o respeito que todos nos merecem.

1. PROMOVER UMA POLÍTICA DE PROXIMIDADE COM AS PESSOAS

Gestão autárquica participada

Para a CDU a gestão autárquica só faz sentido ser exercida em profunda proximidade com as pessoas. Conhecer as aspirações, as necessidades, os problemas com que as pessoas se confrontam no seu dia-a-dia, bem como as suas expectativas e propostas para uma vida melhor, é crucial para empreender boas decisões.

Nesse sentido, é determinante criar **espaços de debate e de participação** regulares e descentralizados, nas freguesias e nos lugares do concelho, de modo a ouvir as populações, mas também para discutir e preparar documentos estratégicos para o concelho (como as Grandes Opções do Plano ou planos de gestão do território) que vão para além dos tradicionais formatos de consulta pública.

Sabendo que uma parte significativa da população muitas vezes não encontra disponibilidade para participar em sessões ou fóruns presenciais de debate, a CDU considera relevante criar **fóruns digitais interativos**, designadamente no *site* da Câmara Municipal, que permitam acolher a opinião e a participação de um número mais alargado de cidadãos.

Este reforço de criação de espaços de interação não visa substituir a importância da participação do público nas reuniões dos órgãos municipais, e da aproximação destes órgãos aos munícipes, pelo que a CDU é defensora da importância de promover **reuniões públicas descentralizadas**, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal.

Reveste-se também de especial importância garantir que os munícipes possam fazer chegar queixas e sugestões, por sua iniciativa, à Câmara Municipal, pelo que devem ser criados **meios de contacto fácil**, que permitam direcionar a respetiva queixa ou sugestão dos cidadãos para os serviços competentes.

O **associativismo** é, ele próprio, estimulante de processos de reivindicação e de concretização de aspirações de grupos de cidadãos que têm interesses comuns. A CDU considera que o apoio às diversas formas de associativismo (desportivo, cultural, recreativo, ambiental, de moradores, juvenil, sénior, etc.) é um meio importante para fomentar a iniciativa e a participação dos cidadãos, garantindo melhores vivências coletivas.

A CDU considera que não há política de participação real, se não existir, em simultâneo, uma disponibilização do **acesso fácil a informação**, a documentos e a dados relevantes, para que os cidadãos se possam envolver ativamente. Este requisito constitui, também ele, um pressuposto para a transparência de que uma gestão autárquica precisa.

Respeito pelas freguesias

O município de Oeiras viu reduzidas, de 10 para 5, as suas freguesias, devido a uma imposição do Governo PSD/CDS que visou extinguir um número considerável de freguesias no país. Este facto levou a que existam uniões de freguesia do concelho com um número bastante elevado de residentes (UF de Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias com cerca de 58 mil habitantes e UF de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Da Fundo com cerca de 48 mil habitantes).

Esta realidade nega às populações a verdadeira essência do poder de maior proximidade (a freguesia) e contribui para distanciar eleitos e eleitores.

Para além disso, vai-se notando uma degradação de equipamento urbano (como por exemplo bancos de jardim), resultado de uma maior incapacidade de gerir em proximidade um território imenso.

Acresce a tudo isto que a perda de proximidade na gestão territorial também é, a médio prazo, prejudicial para as populações, na medida em que a instalação de serviços e equipamentos, que normalmente são pensados em função do território da freguesia, passam a ser pensados na lógica da união de freguesia.

A CDU continuará a lutar pela **reposição das 10 freguesias** no concelho de Oeiras, de modo a garantir uma gestão do território mais próxima, adequada e eficaz.

No concelho de Oeiras as freguesias confrontam-se, ainda, com um problema acrescido, que resulta do facto de a Câmara Municipal ser profundamente centralizadora. Com efeito, em 2015, só uns escassos 0,86% do orçamento municipal é que foram transferidos para as freguesias. Trata-se de um valor ridículo, que corresponde à percentagem mais baixa atribuída às freguesias em todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

Contrariando essa lógica centralizadora, a CDU defende que devem ser **descentralizadas e delegadas mais competências para as freguesias** (como a gestão de mercados, arranjos de alguns equipamentos e espaços urbanos, ou a limpeza e a varrição de ruas, ficando a recolha, transporte e destino dos lixos na

competência da Câmara), com as correspondentes contrapartidas financeiras, de modo a tornar mais eficaz a prestação destes serviços às populações.

Gestão pública de serviços essenciais

A CDU defende firmemente a gestão pública de serviços essenciais prestados às populações e de serviços estratégicos para o município, tais como a água, os resíduos, os transportes, a educação ou a saúde.

A entrega aos privados de serviços desta natureza, implica a sua disponibilização em função da estratégia das empresas e não das necessidades dos cidadãos, implica o aumento substancial do custo para os munícipes e utentes e implica, muitas vezes, a degradação dos serviços prestados por diminuição substancial de investimentos na rede de oferta – tudo em nome da garantia do máximo lucro para os privados.

Por exemplo, as experiências de privatização da água, que aconteceram noutros países, demonstraram ser desastrosas e pôr em causa o direito humano à água, conforme declarado pela Assembleia Geral da ONU. Em Portugal também existem experiências de concessão do setor da água a empresas privadas e há, para além de outros, um efeito automático indesmentível que se prende com o aumento significativo das tarifas para os consumidores e a absorção para as empresas privadas de boas quantias de erário público municipal. A verdade é que com a presença de privados no setor da água, para além de tudo o mais, os consumidores ainda têm de pagar, na tarifa da água, a parte de leão correspondente ao lucro das empresas, e quantas vezes ainda através do orçamento municipal.

A **gestão pública da água** é a que dá garantias de boas condições da rede de abastecimento e de saneamento e também de qualidade da água, ao menor custo para os consumidores.

Nesse sentido, torna-se incompreensível que na sua fatura da água, os oeirenses se deparem, para além do efetivo consumo de água e da correspondente tarifa de saneamento, com tarifas fixas, receitas para as Câmaras, receitas para o Estado e ainda o IVA correspondente, em valor significativo. Nos Serviços Intermunicipais de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora (SIMAS), o que se pagou em 2016 pelo efetivo consumo de água foi apenas cerca de 31% do valor total faturado e o lucro dos SIMAS foi de quase 10 milhões de euros, para uma receita total que rondou os 57 milhões de euros.

Significa isto que há uma margem bastante confortável para se promover uma baixa de **tarifa da água** para os oeirenses, tal como a CDU tem proposto.

Quanto ao setor dos resíduos, a TRATOLIXO acumulou prejuízos na ordem dos 147 milhões de euros, tendo sido administrada de uma forma calamitosa, e quantas vezes com sérios problemas em dar resposta eficaz ao tratamento de resíduos sólidos urbanos.

A situação da TRATOLIXO foi tão flagrante que é legítimo suspeitar que esta empresa intermunicipal tenha sido gerida com vista a degradar propositadamente o serviço público prestado, para depois justificar politicamente a «necessidade» da sua privatização.

A CDU nunca desistiu de apresentar soluções, tendo defendido a renegociação da dívida desta empresa intermunicipal com as entidades bancárias, bem como a elaboração de um plano de saneamento. Isso foi feito com a atual administração, porém ficou previsto que se pudesse abrir a TRATOLIXO a capital privado, o que significa que a ameaça de privatização futura é real (especialmente depois da privatização da EGF pelo Governo PSD/CDS). Essa ameaça de privatização deve ser amplamente contrariada.

Veja-se que as tarifas praticadas pela TRATOLIXO ainda são bastante elevadas (Oeiras tem de pagar 58,58 euros por cada tonelada de resíduos), mas se viesse a ser privatizada, o cenário seria ainda bem mais complicado.

Importa, neste quadro, continuar a defender a redução gradual das **tarifas e a gestão pública do tratamento dos resíduos** de Oeiras.

Também ao nível dos **transportes**, a ação do PCP e do PEV foram determinantes para se reverter o processo de entrega a privados da linha ferroviária de Cascais, que o Governo PSD/CDS pretendia impor, assim como a privatização de funções sociais do Estado tão relevantes como a **educação** e a **saúde**, à qual a CDU sempre se opôs.

Boa gestão dos dinheiros públicos

Promover uma gestão próxima das pessoas implica garantir que os dinheiros públicos são utilizados em proveito da qualidade de vida das populações e da sustentável gestão do território.

Em Oeiras foi criado um conjunto de situações (onde se pode também incluir a situação da **TRATOLIXO**, referenciada no ponto anterior), que decorreram de verdadeiros atos de gestão danosa para o município, ao serviço de interesses duvidosos, designadamente no tempo da presidência de Isaltino Morais, e dos quais importa que os oeirenses tenham conhecimento, para que percebam o muito que se

poderia ter feito com os milhões de euros gastos e também o que ainda todos estamos a pagar deste quadro bem pesado.

No **SATU-O** (Sistemas Automático de Transportes Urbanos - Oeiras), já encerrado, cujos prejuízos a Câmara Municipal diz que foi o parceiro privado a pagar (Teixeira Duarte), a Câmara aplicou inicialmente mais de 1 milhão de euros, suportou cerca de 4 milhões de euros na estrutura da obra e atualmente ainda direciona cerca de 100 mil euros anuais para a manutenção do equipamento.

Com o **LEMO** (Laboratório de Ensaios Mecânicos), já encerrado, a Câmara Municipal de Oeiras assumiu todo o prejuízo, que foi superior a 2 milhões de euros.

Na **HABITÁGUA**, já extinta, não se conhece ao certo quanto se gastou no processo, mas sabe-se que se perdeu o dinheiro da compra da sociedade, sabe-se das avultadas verbas que a Câmara teve de ir transferindo para o seu funcionamento, para já não falar de pagamentos de responsabilidades e indemnizações diversas. Foram mais uns milhões de euros que se despenderam.

Da opção por **PPP (Parcerias Público-Privadas)**, que implicam o pagamento de rendas bem avultadas aos privados durante muitos anos, resultaram também resultaram também custos iniciais de milhões de euros suportados pela Câmara Municipal e ainda está por resolver a PPP do Centro de Congressos de Paço de Arcos e do Centro de Formação da Outurela, havendo provisão de 10,5 milhões de euros apenas para a autarquia ficar com as obras que estão paradas e a degradar-se desde 2011.

A CDU rejeita esta má gestão do erário público, que é feita em proveito de outros interesses, bem diferenciados dos interesses e das necessidades das populações.

Perante estes experimentalismos desastrosos, a CDU defendeu que fossem resolvidos com celeridade, para não arrastar os prejuízos deles decorrentes, e também que se procurassem as soluções que representassem menos encargos para o município.

Mas a CDU também não pode aceitar que a Câmara Municipal funcione com uma lógica empresarial, acumulando saldo sem **aplicar naquilo que importa realizar no concelho**. Por isso, tem denunciado o facto de a gestão de Paulo Vistas ter entesourado, segundo declarações do próprio, um montante de 67 milhões de euros, quando existem tantos problemas para dar resposta no concelho.

Para além disso, não se compreende como é que se pode considerar que a construção de um **edifício sede do município**, no valor de 36 milhões de euros, constitui uma prioridade para Oeiras. Por muito menos, pode-se garantir a avaliação de espaços disponíveis e de obras de requalificação nos edifícios atuais, sem retirar

os serviços do município do centro de Oeiras, o que, a acontecer, teria desvantagens evidentes ao nível da dinamização do centro da vila.

É também importante assegurar que a Câmara Municipal não recorra a **empresas externas** em relação a tudo quanto possa ser feito e realizado por trabalhadores do município, assegurando assim poupanças significativas.

A CDU defende uma utilização transparente dos dinheiros públicos, concentrada nas **prioridades das pessoas e do território**, de forma a dar resposta eficaz e cabal às necessidades do concelho.

2. MELHORAR OS NÚCLEOS HABITACIONAIS E A MOBILIDADE

Habitação

Não há como negar a enorme relevância do direito à habitação para todos, o qual implica ter uma casa de morada, com condições dignas de habitabilidade. A política de habitação encontra-se também profundamente ligada a opções de ordenamento do território e de inclusão de população.

A CDU propõe:

- Limitar a construção urbana e apostar mais na **reabilitação dos imóveis** já existentes, com a possibilidade de apoio camarário àqueles onde tenha existido uma beneficiação significativa no estado de conservação;
- Salvar o património edificado dos **centros históricos**;
- Incentivar o **arrendamento para habitação** de fogos devolutos;
- Garantir a concretização do programa para **habitação jovem**, de qualidade e a custos controlados, com vista a fixar jovens no concelho;
- Requalificar, com envolvimento da população, os **bairros municipais** que necessitam de urgente intervenção para evitar a sua degradação;
- Manter atualizado um **diagnóstico periódico** sobre as necessidades de habitação da população;
- Reabilitar os **núcleos antigos**, com maior urgência para aqueles que apresentam elevado grau de insegurança;
- Assegurar os compromissos assumidos para a reabilitação do **Bairro Clemente Vicente**;
- Desenvolver um trabalho com vista à legalização das **AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal)**, com a definição clara de responsabilidades do município e dos proprietários e calendarização da sua concretização;
- Limitar a monofuncionalidade dos parques tecnológicos, avaliando a possibilidade de os dotar de **habitação e equipamentos de proximidade**;

- Apoiar a **fixação no concelho** de quadros, investigadores e outros trabalhadores, que prestam serviço no «Campus de Ciência e de Investigação de Oeiras».

Espaço urbano residencial

Habitar não se resume a ter uma casa. Habitar é também criar raízes, é poder ter espaços de convívio, de encontro de pessoas, é poder usufruir de espaços exteriores agradáveis. É importante estimular os núcleos habitacionais a serem muito mais do que dormitórios, e, portanto, a criar uma dinâmica que promova o bem-estar coletivo.

A CDU propõe:

- Apoiar as **comissões e associações de moradores;**
- Dinamizar os **mercados locais e o comércio de proximidade** (os quais constituem pontos de encontro importantes dos cidadãos) com a instalação de lojas âncora e com ações de animação e convívio;
- Assegurar a manutenção e a criação de mais **parques infantis;**
- Alargar a cobertura de **equipamentos desportivos de manutenção**, para utilização da população, adequado a diversas faixas etárias;
- Estimular **atividades sociais e culturais de proximidade** e que possam gerar fluxos de circulação em vários bairros e áreas urbanas;
- Criar **centros comunitários locais**, ao dispor dos moradores, para realização de reuniões, debates, atividades e realizações diversas;
- Promover a manutenção e o alargamento de **espaços verdes** dentro dos núcleos habitacionais;
- Criar espaços públicos para atividades com **animais de companhia.**

Transportes públicos

Uma boa rede de transportes públicos coletivos permite diminuir a circulação de automóveis particulares e, por essa via, garantir melhores níveis de qualidade do ar e contribuir para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas. Por outro lado, só com a existência efetiva de transportes públicos se pode garantir o direito à

mobilidade das populações e o combate às assimetrias do território dentro do concelho.

A CDU propõe:

- Defender as melhores soluções ao nível da Área Metropolitana de Lisboa para gerar soluções de **intermodalidade de transportes** coletivos;
- Lutar por transportes públicos rodoviários que promovam muito melhor serviço do que aquele que tem sido prestado pela Vimeca e pela Scotturb, de modo a permitir uma efetiva circulação interna dentro do concelho, bem como a ligação com outros concelhos vizinhos, com **horários e percursos adequados** às necessidades das populações, designadamente de modo a facilitar o acesso das pessoas a serviços e equipamentos de utilidade pública;
- Reivindicar o alargamento da área da **Carris** a mais locais do concelho de Oeiras;
- Exigir a requalificação da **linha ferroviária de Cascais** e do seu material circulante, com o relançamento do concurso iniciado em 2010 e a rápida concretização das obras;
- Continuar, no âmbito do reforço das opções sustentáveis de transporte público, a defender o **elétrico rápido** Algés/Linda-a-Velha/Carnaxide/Falagueira;
- Reivindicar a **ligação das linhas ferroviárias** de Cascais (Oeiras) e de Sintra (Cacém), mas rejeitando qualquer ideia de revitalização do desastre que foi o SATU-O;
- Defender a urgente construção da estação de metro de Alcântara, que permitirá à população de Oeiras ter uma rápida **ligação à rede de metro de Lisboa**, a partir do comboio da linha de Cascais;
- Exigir um **passo social intermodal** para todos os operadores, para todas as carreiras e para toda a Área Metropolitana de Lisboa;
- **Recusar a privatização** de serviços públicos de transporte coletivo.

Mobilidade suave

É tempo de a bicicleta deixar de ser vista apenas como um instrumento de lazer, devendo ser encarada com o potencial que tem para constituir um modo alternativo de transporte. Para além disso, é importante criar condições para que as pessoas

possam deslocar-se a pé, em segurança. Os modos suaves de deslocação são reconhecidamente benéficos para a saúde e inteiramente sustentáveis do ponto de vista ambiental.

A CDU propõe:

- Construir uma rede significativa de **vias cicláveis**, que permita circular de bicicleta em segurança pelo concelho;
- Criar parques seguros de **estacionamento para bicicletas**, nos centros urbanos, junto a serviços públicos e nas estações e terminais de transportes coletivos, sem prejuízo da possibilidade de os ciclistas poderem transportar a sua bicicleta em transporte público;
- Por a funcionar um serviço de **bicicletas partilhadas** junto de estações e terminais de transportes públicos, bem como de centros urbanos e residenciais;
- Criar um plano de eliminação das **barreiras arquitetónicas**, que faça um levantamento dos obstáculos à circulação de pessoas com mobilidade condicionada e que preveja a erradicação progressiva dessas barreiras.
- Criar mais **vias pedonais**.

Trânsito automóvel

Com uma boa oferta de transportes públicos coletivos e com a criação de condições de segurança para o uso de modos suaves de transporte, o trânsito automóvel, onde as pessoas perdem horas infindáveis, tenderá a diminuir. Mas para descongestionar e diminuir a poluição desta vertente de mobilidade requerem-se algumas soluções urgentes.

A CDU propõe:

- Avançar com a programada **Via Longitudinal Norte (VLN)**;
- Avaliar, com rigor, os principais estrangulamentos nos atravessamentos dos centros urbanos e concretizar **vias alternativas** possíveis;
- Enquadrar soluções adequadas para **estacionamento automóvel** nos núcleos urbanos ou na sua periferia, de forma a controlar a circulação automóvel e a melhorar as condições de circulação pedonal, contribuindo assim para a revitalização do espaço público e do comércio local;

- Definir e implementar áreas de **acalmia de tráfego** em zonas de acesso local, residencial e no interior dos núcleos históricos;
- Estimular a **mobilidade elétrica**, através do alargamento de pontos de carregamento públicos para carros elétricos;
- Dotar a **frota municipal** de veículos elétricos.

3. GARANTIR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Resíduos

O objetivo da política de resíduos em Oeiras não pode perder de vista a importância de contribuir para a redução da produção de resíduos. A informação e a sensibilização dos munícipes são também determinantes para garantir níveis de reciclagem mais animadores e para cumprir as metas de redução da deposição de resíduos em aterro.

A CDU propõe:

- Melhorar significativamente a **limpeza urbana**, passando para as freguesias a limpeza e a varrição com a adequada transferência de verbas, ficando a cargo do município a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos;
- Garantir condições para aumentar a **recolha seletiva de resíduos**, reforçando os pontos de recolha;
- Promover ações de sensibilização sobre a importância de proceder à **redução** e depois à **triagem** dos resíduos produzidos com vista à sua **reciclagem**;
- Implementar integralmente, nos **serviços municipais**, a prática de separação e deposição seletiva de resíduos;
- Prestar informação, junto aos depósitos públicos de resíduos, sobre a **recolha de monos** (resíduos muito volumosos), evitando desta forma a sua longa permanência na via pública até que se proceda à sua recolha;
- Combater a **deposição ilegal de resíduos**, designadamente de construção e demolição;
- Prestar informação clara e simplificada aos consumidores, na fatura da água, sobre o **destino dado aos resíduos sólidos urbanos** produzidos no concelho e respetivo destino final;
- **Recusar qualquer tentativa de privatização** da TRATOLIXO;
- Apoiar e promover ações de **limpeza das praias** e da orla ribeirinha;
- Resolver o problema de graves **passivos ambientais**, como a antiga fábrica Lusalite, na Cruz-Quebrada/Dafundo.

Água

É determinante garantir a qualidade da água, para os diversos usos a que se destina, mas é também prioritário dedicar especial atenção ao uso eficiente da água. A presença de múltiplas linhas de águas no concelho impõe uma responsabilidade em relação à sua conservação.

A CDU propõe:

- Assegurar a continuação de prestação de um **serviço público de qualidade** de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Proceder à **manutenção da rede** de abastecimento e de saneamento, diminuindo os volumes de perda de água;
- Defender, afincadamente, a **gestão pública** da água;
- Prestar informação clara e simplificada aos consumidores, na fatura da água, sobre a **qualidade da água** para consumo e o estado das massas de água do concelho;
- Sensibilizar os cidadãos para a importância de **utilizar eficientemente a água**;
- Revitalizar as **ribeiras do concelho** (da Lage, de Porto Salvo, de Barcarena, do Jamor e de Algés) e os aquíferos subterrâneos, dando prioridade ao «Plano Estratégico de Restauro e Requalificação das Principais Linhas de Água do Concelho», reduzindo o prazo previsto para a sua execução de quinze para oito anos;
- Estudar formas eficazes de proceder à **retenção de águas pluviais**, de modo a poder utilizá-las na limpeza das vias públicas e nas regas de jardins.

Energia

O setor dos transportes, em particular o automóvel, é um grande absorvedor de energia, promovendo uma utilização massiva de combustíveis fósseis, e contribuindo para o agravamento das alterações climáticas. As propostas da CDU, acima referidas, para a promoção do transporte público, resultam em contributos importantes para atenuar este excessivo gasto energético. Por outro lado, o setor doméstico é também profundamente responsável pelos níveis de energia final consumida - eletricidade em particular.

A CDU propõe:

- Substituir gradualmente as lâmpadas de **iluminação pública e semáforos** por soluções de menor consumo energético, mantendo a funcionalidade dos equipamentos;
- Incentivar os particulares e as empresas para a adoção de comportamentos que geram maior **poupança de energia** e também para a procura de investimentos e financiamentos que permitam melhorar os desempenhos energéticos;
- Investir na melhoria da eficiência energética nos **edifícios municipais**, para garantir maiores níveis de poupança, com vantagens ambientais e financeiras;
- Prestar informação à população sobre os **gastos energéticos da autarquia** e dos resultados obtidos a partir de esforços de poupança de energia.

Espaços naturais e naturalizados e uso dos solos

Os espaços verdes do concelho são uma mais-valia para o equilíbrio ambiental, a preservação da biodiversidade, a valorização da paisagem urbana e, claro, para proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos. Também as ribeiras e o rio Tejo proporcionam uma dimensão bastante enriquecedora do património natural do município.

A CDU propõe:

- Requalificar as **ribeiras**, nos termos já referidos no ponto sobre a água;
- Promover a **biodiversidade urbana**, de modo a reforçar os serviços de ecossistema por ela prestados (como a regulação climática e de cheias, o controlo de pragas, etc.);
- Manter a **serra de Carnaxide** como inestimável património ambiental a preservar e valorizar, libertando-a das ameaças da fúria imobiliária;
- Salvaguardar o **vale do Jamor**, continuando a combater o enorme projeto imobiliário previsto para a margem direita da foz do rio Jamor;
- Destinar os terrenos entre a **Estrada Marginal e o rio Tejo** exclusivamente para uso público e para equipamentos de associações e coletividades;

- Completar o **Passeio Marítimo**, de modo a promover uma maior ligação das populações ao rio e a prática de atividades saudáveis;
- Trabalhar para a classificação **bandeira azul** em todas as praias do concelho;
- Defender o paradigma da **renaturalização do concelho**, rejeitando a continuada betonização do território;
- Manter e valorizar os parques e jardins urbanos e reforçar a rede de **corredores verdes** no concelho;
- Respeitar a **classificação dos vários tipos de solo**, e em particular a reserva ecológica nacional, que tem sido recorrentemente ameaçada.

4. ASSEGURAR SERVIÇOS PÚBLICOS FULCRAIS, DINÂMICA ECONÓMICA E DIREITOS DOS TRABALHADORES

Saúde

É fundamental estimular estilos de vida saudáveis que sustentem uma nova forma de estar em saúde, que se suportem em estratégias que promovam a saúde, que previnam a doença, que garantam melhor qualidade de vida, que incentivem o exercício físico e a alimentação equilibrada, não esquecendo a necessidade de dotar a população de maior literacia em saúde. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é essencial também para alcançar estes objetivos.

A CDU propõe:

- Apostar na valorização dos **cuidados primários de saúde**, com o objetivo de relevar a efetiva prevenção na saúde;
- Melhorar o funcionamento de todos os Centros de Saúde, através do aumento dos **recursos humanos**, em termos de médicos, de enfermeiros, de psicólogos, de nutricionistas, de fisioterapeutas e de outros técnicos;
- Exigir **médico de família e enfermeiro de família** para todos os utentes;
- Reforçar a resposta dada pelos Centros de Saúde em **valências fundamentais**, hoje inexistentes, como a saúde oral e a saúde visual;
- Reivindicar que se complete a **rede de centros de saúde** necessários no concelho, designadamente dotando Porto Salvo, Caxias e Queijas destas unidades de saúde;
- Incentivar ações de **rastreio de várias doenças**, descentralizadas pelo concelho;
- Incentivar a continuação do funcionamento da **Comissão Municipal de Saúde**.

Educação

A escola pública deve promover educação de qualidade para todos os cidadãos. Para promover essa qualidade é preciso que o Governo assuma as suas responsabilidades

no investimento adequado e necessário e é determinante respeitar todos os agentes das comunidades escolares, garantir dignidade no trabalho e boas condições de aprendizagem.

A CDU propõe:

- Criar o **Conselho Municipal de Educação**, que tem sido recusado pela Câmara Municipal;
- Elaborar uma nova **Carta Educativa de Oeiras**;
- Manter uma posição coerente e necessária **contra a desresponsabilização do Estado** em matéria de educação e contra a «municipalização da educação», acompanhando o decorrer do processo;
- Reforçar a diminuta rede pública do **ensino pré-escolar**, de modo a dar resposta às necessidades de todas as crianças a partir dos 3 anos de idade;
- Exigir a construção da **escola do ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário de Barcarena**;
- Defender a **requalificação dos edifícios e espaços** das diversas escolas do concelho que necessitam dessas obras;
- Dar particular atenção ao controlo e à remoção do **amianto** nas mais de 10 escolas do concelho, onde foi detetada presença de materiais contendo amianto.
- Incentivar as **cantinas e os refeitórios escolares**, assim como de outros serviços públicos, a fornecer refeições amplamente baseadas em produtos alimentares nacionais, de modo a dar um contributo para a dinamização da produção nacional e para a diminuição da pegada ecológica coletiva;
- Promover a **interligação de dinâmicas das várias escolas** e agrupamentos do concelho, entre si e com a comunidade;
- Apoiar as **Associações de Pais**, enquanto elemento de ligação entre a escola, a família e a comunidade;
- Criar respostas ao nível de **residências para estudantes** do ensino superior.



Economia e criação de emprego

A dinamização da economia é determinante para criar emprego e gerar riqueza em Oeiras. Os parques empresariais existentes são já suficientes como estruturas de implantação de empresas, sendo, contudo, necessário olhar para as dinâmicas instaladas e seduzir continuamente investimento para o concelho, e para os diversos setores de atividade.

A CDU propõe:

- Apoiar a manutenção e o reforço da **diversidade de setores de atividade económica** no nosso município e aproveitar o melhor possível, para as empresas, as condições dadas pelo desenvolvimento do programa “*smart cities*”, com aposta na inovação e na partilha de informação;
- Apoiar as **micro, pequenas e médias empresas**, assim como acompanhar os processos de empreendedorismo;
- Desenvolver a rede de articulação entre o **ensino profissional e o tecido empresarial** do concelho;
- Dar especial atenção ao «**Campus de Ciência e de Investigação**» de Oeiras e às instituições nele sediadas, com particular responsabilidade em matéria de investigação e inovação;
- Apostar na valorização da **cultura**, que constitui também um fator de criação de emprego;
- Dinamizar o **comércio local e os mercados de proximidade**, apostando também na interligação de atividades culturais, artísticas e recreativas nos espaços em causa;
- Incentivar a **produção agrícola**, tendo a preocupação de prestar informação aos munícipes sobre terrenos aptos e disponíveis para práticas agrícolas sustentáveis;
- Construir um portinho de pesca em Paço de Arcos, de modo a valorizar a **atividade piscatória** no concelho;
- Criar uma posição estratégica de Oeiras em termos **turísticos**, designadamente através da valorização de produtos e de património identificadores e diferenciadores do concelho;
- Melhorar a **oferta turística** da rota dos vinhos;

- Valorizar o **património cultural construído**, historicamente relacionado com a barra do Tejo, defendendo o conjunto de fortificações existentes e abrindo ao público o Museu dos Faróis;
- Envolver todos os agentes económicos da cadeia alimentar (designadamente do setor da distribuição e da restauração), para alcançar níveis bastante significativos de combate ao **desperdício alimentar** no concelho de Oeiras.

Direitos dos trabalhadores

Num mundo onde as lógicas de exploração se acentuam, é preciso garantir a dignidade de quem trabalha e ter consciência que o respeito pelos trabalhadores e pelas suas condições de trabalho é a forma mais eficaz de assegurar níveis de produtividade elevada, assim como de felicidade e de realização pessoal e coletiva.

A CDU propõe:

- Empenhar a autarquia, com todos os intervenientes, na luta pela criação e manutenção de **postos de trabalho**;
- Defender a dignificação do emprego e combater a **precarização** do trabalho, com a necessidade de assegurar um contrato de trabalho para as funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços;
- Respeitar e valorizar **os trabalhadores do município**, diligenciando pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho e procurando garantir igualdade de direitos a todos - aos da Câmara Municipal, aos das Juntas de Freguesia e aos das Empresas Municipais;
- Manter os **serviços centrais da Câmara Municipal** no Centro Histórico de Oeiras, com análise de todos os espaços disponíveis e da necessidade de obras de requalificação e adaptação, para se garantir melhoria das condições de trabalho, de segurança e de conforto em todas as instalações.

5. DEFENDER POLÍTICAS CULTURAIS E SOCIAIS INCLUSIVAS

Cultura, desporto e associativismo

A cultura é parte da nossa identidade coletiva e é um forte veículo de emancipação e de capacidade de nos recriarmos, quer individual, quer coletivamente. A cultura, tal como o desporto, é fonte de formas saudáveis de viver e de estar. Os movimentos associativos, sejam eles culturais, desportivos, recreativos, ou outros, devem ser efetivamente estimulados e apoiados, para que a sociedade ganhe como um todo.

A CDU propõe:

- Definir uma **política cultural integrada**, em colaboração com as associações e os agentes culturais, que vise apoiar, generalizar, distribuir e democratizar a fruição e a criação cultural por todo o município;
- Divulgar, para dentro e para fora do concelho, o **trabalho artístico** criado e produzido em Oeiras;
- Dinamizar em rede os monumentos, os museus, as bibliotecas, os auditórios, para assumirem um papel determinante na **divulgação artística** (artes plásticas, teatro, cinema, música, dança, etc);
- Preservar o **património histórico** do concelho.
- Incentivar a **prática desportiva** e combater o sedentarismo, através de diversos programas e projetos, para todas as idades, com permanente envolvimento do movimento associativo;
- Incentivar a **diversificação de modalidades desportivas** no concelho, em estreita cooperação com as associações desportivas e coletividades;
- Preservar e manter em bom estado os **equipamentos desportivos do concelho** e estimular a utilização pela população do espaço do Complexo Desportivo do Jamor;
- Reforçar o apoio que a Câmara Municipal dá à generalidade das **coletividades e do movimento associativo do concelho**, de modo a valorizar as atividades e os níveis de participação que permitem desenvolver;

- Reconhecer o **movimento associativo** como parceiro estratégico da Câmara Municipal;
- Apoiar e cooperar, de forma estreita, com as **associações de Bombeiros Voluntários** do concelho - entidades fundamentais na promoção da segurança e no socorro às populações.

Crianças e Jovens

Costuma-se dizer que as crianças e os jovens são o futuro. Sendo verdade, há que não esquecer que são também o presente e que têm necessidades específicas, próprias das faixas etárias em que se encontram. Não se deve também perder de vista que uma fatia das políticas direcionadas para o fomento da natalidade (que se encontra em níveis preocupantes no nosso país) se centra no apoio à infância e aos jovens.

A CDU propõe:

- Estimular uma cobertura integral, no concelho, de **estruturas de apoio à infância** – berçários, creches, ATL - através de rede pública e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- Apoiar as **IPSS** na sua atividade e na beneficiação dos seus equipamentos, nomeadamente no apoio à infância;
- Dotar o concelho de uma rede de **parques e centros de atividades infantis**;
- Desenvolver **programas destinados a crianças e a jovens**, que possam cobrir o período das pausas letivas;
- Incentivar espaços de dinamização de **criatividade, de atividade e de conhecimento** dedicados aos jovens e também eventos destinados a crianças e a jovens;
- Criar **salas de ensaio** onde os jovens possam estimular a sua criação e prestação artística, designadamente ao nível do teatro, da dança ou de bandas de música;
- Apoiar e estimular o **associativismo juvenil**, formal e informal;
- Dinamizar o **Conselho Municipal de Juventude**;

- Defender a redução de 50% no preço do **passé social para os estudantes**;
- Estender o transporte escolar gratuito aos alunos até ao 12º ano do ensino obrigatório;
- Dar prioridade à garantia de **habitação jovem**, a custos controlados, para que os jovens se fixem no concelho;
- Criar um programa, em cooperação com o movimento sindical e a Câmara Municipal, que proporcione informação sobre a legislação relativa ao emprego, direitos e deveres básicos, aos **jovens que ingressam no mercado de trabalho**.

Idosos

O concelho de Oeiras tem uma população idosa em número muito significativo, tendo aumentado, desde a década de 80 até à atualidade, em cerca de 375%. Se, face a esta realidade, é preciso implementar políticas que fixem os jovens em Oeiras, também é importante que se garantam soluções direcionadas para os problemas e a promoção da felicidade dos mais idosos.

A CDU propõe:

- Promover a participação desta faixa etária em iniciativas e associações locais, fomentando a relação e a **solidariedade intergeracional**;
- Ampliar a rede de **Universidades Sénior**;
- Estimular a **criação e a fruição cultural, o desporto e o turismo sénior**, fomentando a ocupação, o convívio e a autonomia das pessoas idosas;
- Defender a redução de pelo menos 50% nos **passes sociais para os reformados**;
- Apoiar as **Associações de Reformados**;
- Alargar as respostas para a **ajuda domiciliária**, através das entidades vocacionadas para este apoio;
- Articular com as forças de segurança, com os bombeiros e com as instituições dedicadas, o levantamento concelhio dos **idosos em situação de isolamento**, no sentido de prevenir riscos e procurar soluções ajustadas;

- Alargar as respostas de **centros de dia e de lares**, em função das necessidades reais da população;
- Apoiar as **IPSS** na sua atividade e na beneficiação dos seus equipamentos, nomeadamente no apoio prestado aos idosos.

Coesão social

Para combater as desigualdades e todas as formas de discriminação, é determinante garantir a inclusão de todos e promover a igualdade de direitos e de oportunidades, com base numa lógica de solidariedade e de fraternidade coletivas. A Câmara Municipal tem um papel importante no alcance desses objetivos.

A CDU propõe:

- Promover políticas ativas de **combate à pobreza** no concelho de Oeiras e reivindicar também do Governo um empenho sério nesse objetivo, bem como a garantia de proteção através do sistema público de segurança social;
- Referenciar as situações de maiores dificuldades, de **empobrecimento e exclusão social** que se estejam a verificar e, em articulação com os serviços públicos e as IPSS, melhorar o sistema de auxílio;
- Promover a inclusão de **pessoas com deficiência ou com incapacidades** e valorizar o trabalho que muitas associações desenvolvem com estes cidadãos;
- Fomentar a prática de **desportos adaptados**, organizando encontros e campeonatos das diversas modalidades;
- Trabalhar, em diálogo com as associações e entidades existentes, para incentivar a participação e a interação das **diferentes comunidades étnicas, migrantes e culturais** existentes na vida do município de Oeiras.

6. REALIZAR UMA POLÍTICA DE PREVENÇÃO

Planos de emergência

Monitorizar e atualizar os Planos de emergência e socorro, no âmbito da proteção civil, para reforçar as respostas a dar em caso de situações de risco ou de catástrofe, como incêndios, acidentes, sismos, inundações ou derrames. É também importante que estes planos sejam testados na sua eficácia, com ensaios e simulacros.

Educação ambiental

Uma cidadania informada, consciente e responsável é aquela que melhor responde aos desafios ambientais que hoje estão colocados perante as sociedades, tendo em conta os efeitos da ação humana sobre a natureza. A educação para o ambiente, como forma de alterar comportamentos e de promover a participação ativa, não deve restringir-se à escola, sendo que a Câmara Municipal deve ter um papel ativo na sensibilização para as soluções ambientais, nas quais todos, e cada um de nós, pode envolver-se.

Combater a violência

Combater todas as formas de violência é determinante para a segurança dos cidadãos. Face à realidade hoje existente, a Câmara Municipal deve envolver-se na reivindicação de meios e condições para a existência de policiamento de proximidade, assim como empenhar-se na sensibilização e na luta contra formas muitas vezes silenciadas de agressão, como o *bullying* ou a violência doméstica.

Bem-estar animal

A recusa absoluta do abate de animais errantes e saudáveis deve constituir o paradigma das políticas municipais, em centros de recolha animal. Importa também registar colónias e estimular a esterilização, bem como a adoção de animais acolhidos pelo município e, por outro lado, combater firmemente o abandono de animais. O município deve promover ações de sensibilização, em cooperação com associações de defesa animal, destinadas a proporcionar competências específicas às

peças que têm animais de companhia, com vista ao bem-estar de pessoas e animais.

II . MARCAR A DIFERENÇA - VOTAR CDU

Mais do que meras ideias, a CDU tem um projeto para Oeiras, o qual assenta em propostas de sustentabilidade e de progresso para este município.

Confiança na CDU, para uma vida melhor.

«Apresento-me num projeto que prima pela sensibilidade, pela seriedade e pela capacidade de realizar – a CDU. Trabalho, honestidade e competência são características que guiam a equipa em que me insiro, com a convicção de que a gestão autárquica só tem sentido ser exercida em profunda proximidade com as pessoas.

[...]

Proponho-lhe que, juntos, possamos trilhar um caminho que faça de Oeiras um município de referência e de excelência, pela sua credibilidade, pela qualidade de vida das suas gentes e pelo ordenamento do seu território.»

Heloísa Apolónia
Candidata da CDU a Presidente da
Câmara Municipal de Oeiras
In Carta ao município, 2017

Oeiras vota

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV
